

Relatório da ONU Mulheres apresenta agenda política para acabar com desigualdade de gênero nas famílias

O relatório “Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020: Famílias em um mundo em mudança” analisa como as mulheres são afetadas pelas mudanças que estão ocorrendo nas famílias; o estudo também revela que a maioria dos países pode adotar políticas favoráveis às famílias. Acesse o [Resumo executivo](#)

[\(ONU Mulheres, 25/06/2019 – acesse no site de origem\)](#)

Ao longo das últimas décadas, houve avanços nos direitos das mulheres, e as famílias, em todo o mundo, se tornaram um espaço de amor e solidariedade. No entanto, em muitas famílias são observadas violações fundamentais dos direitos humanos e persistentes desigualdades de gênero, de acordo com o novo relatório da ONU Mulheres, publicado hoje com o título [“O progresso das mulheres no mundo 2019-2020: Famílias em um mundo em mudança”](#).

“Em todo o mundo, estamos percebendo esforços concentrados destinados a limitar a capacidade das mulheres de agir e restringir o direito delas de tomar suas próprias decisões, em nome da proteção dos ‘valores familiares’. No entanto, com base em nossa pesquisa e nas evidências disponíveis, sabemos que não existe uma forma de família “normal” e que, de fato, nunca existiu”, disse Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres. “Este relatório desafia esse movimento, demonstrando que as famílias, em toda a sua diversidade, podem ser defensoras cruciais da igualdade de gênero toda vez que as pessoas responsáveis de tomar decisão promovam políticas genuinamente baseadas nas formas atuais de vida, estabelecendo um lugar central aos direitos das mulheres”.

Com base em dados globais, análises inovadoras e estudos de caso, o relatório mostra a diversidade de famílias em todo o mundo e oferece sólidas recomendações para garantir que as leis e políticas ajudem as famílias de hoje e que elas respondam às necessidades de todos os seus membros e membras, especialmente mulheres e meninas. O estudo também inclui uma análise do custo sobre a implementação de tais políticas.

Entre as tendências observadas, destacam-se:

- A idade do casamento aumentou em todas as regiões, enquanto as taxas de fertilidade diminuíram e as mulheres ganharam autonomia econômica.
- Globalmente, pouco mais de um terço de todas as agregadas e agregados familiares (38%) são constituídos por casais com filhas e filhos; famílias extensas também são muito comuns, o que inclui outros e outras parentes e representam 27% do total.
- A grande maioria das famílias com apenas uma pessoa responsável (representando 8% de todos os agregados familiares) é chefiada por mulheres, que têm muitos problemas para conciliar o trabalho remunerado, criar os filhos e filhas e o trabalho doméstico não pago. Em todas as regiões, as famílias formadas por casais homossexuais são cada vez mais visíveis.

O relatório mostra que as famílias podem ser espaços de cuidado, mas também de conflito, desigualdade e, com demasiada frequência, também de violência. Atualmente, 3 bilhões de

mulheres e meninas vivem em países onde o estupro no casamento não é explicitamente tipificado como crime. Mas a injustiça e as violações também assumem outras formas. Em um em cada cinco países, as meninas não têm os mesmos direitos de herança como os meninos, enquanto que em outros (especialmente em 19 países), as mulheres são obrigadas por lei a obedecer a seus maridos. Cerca de um terço das mulheres casadas que vivem em países em desenvolvimento dizem que têm pouco ou nada a dizer sobre seus próprios cuidados de saúde.

A incorporação das mulheres no mercado de trabalho continua a crescer significativamente, mas o casamento e a maternidade reduzem as taxas de participação no mercado de trabalho e, portanto, de renda e benefícios associados à participação. No mundo inteiro, pouco mais da metade das mulheres com idades entre 25 e 54 anos são economicamente ativas, proporção que sobe para dois em cada três no caso de mulheres solteiras. Por sua vez, 96% dos homens casados estão economicamente ativos, de acordo com os dados do novo relatório. Uma das principais causas destas desigualdades é que as mulheres continuam a realizar trabalho doméstico triplo e cuidados não remunerados do que os homens, na ausência de cuidados acessíveis.

O relatório destaca alguns elementos positivos em termos de licença parental, pois o acesso de pais a esse benefício tem aumentado, sobretudo em países em que existem incentivos específicos, tais como quotas para pais -, que reservam a eles uma parte intransferível da licença; se esta não for usada, será perdida.

O relatório também destaca os desafios que as mulheres e suas famílias enfrentam quando migram. Uma lei injusta implica que nem todas as famílias têm o direito ao reagrupamento familiar e, boa parte delas, está excluída do acesso a serviços públicos. Quando a condição migratória das mulheres está ligada a seus parceiros, pode ser muito difícil ou impossível para elas escaparem de relacionamentos violentos.

O relatório inclui uma chamada destinada a pessoas responsáveis pela formulação de políticas, ativistas e qualquer pessoa que possa transformar famílias em instâncias de igualdade e de justiça, em que todas as mulheres tenham voz e capacidade de escolha, além de ter garantida a sua segurança física e econômica.

Algumas das recomendações que são levantadas no relatório para alcançar este objetivo incluem:

- Modificar e reformar as leis sobre a família para garantir que as mulheres possam escolher se querem casar, quando e com quem; que contemplem a possibilidade de divórcio se necessário; e que permitam que as mulheres acessem os recursos da família;
- Reconhecer as diferentes formas de união, a fim de proteger os direitos das mulheres, tanto aquelas que vivem com seus parceiros quanto aquelas que vivem em casais homossexuais;
- Investir nos serviços públicos, especialmente educação e cuidados de saúde reprodutiva, de modo a aumentar as expectativas de vida de mulheres e meninas e para que estas possam tomar decisões com conhecimento de causa sobre a sua vida sexual e a criança, filhas e filhos;
- Considerar a possibilidade de implementar a licença parental remunerada e fornecer apoio estatal para o cuidado de meninas e meninos e de pessoas idosas, incluindo o desenho de sistemas de proteção social que possam ajudar a sustentar as famílias;
- Garantir a segurança física das mulheres por meio da implementação de leis e políticas destinadas a eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas, e fornecer acesso à justiça e a serviços de apoio a sobreviventes de violência.

Como parte de uma análise realizada para este relatório foi constatado que a maioria dos países poderia implementar um pacote de políticas de apoio econômico, mesmo ao longo da vida, atenção à saúde e serviços de cuidados para crianças e pessoas idosas por um custo inferior a 5% do seu PIB.

Garantir que as famílias são instâncias de igualdade e justiça não é somente um imperativo moral, mas também essencial para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mais ampla do mundo destinada a garantir o progresso humano.

Os principais dados e números incluídos no relatório podem ser encontrados [aqui](#) (ficha de dados).

Além disso, várias fichas técnicas regionais e histórias ricas de mudança ilustram iniciativas da sociedade civil em vários países, juntamente com sete conjuntos de dados e vídeos complementares. Todos esses recursos estão disponíveis aqui.

Antecedentes - A série de relatórios “O Progresso das Mulheres no Mundo” é uma pesquisa temática periódica sobre os direitos das mulheres desde o ano 2000. O seu objetivo é promover mudanças nas leis, políticas e programas e criar um ambiente favorável para que mulheres e meninas possam realizar os seus direitos.

“O Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020” coincide com a campanha “Geração da Igualdade: por direitos das mulheres e um futuro de igualdade” que antecede a comemoração do 25º aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim de 1995, considerada uma das agendas mais visionárias para o empoderamento de mulheres e meninas em todo o mundo. Apesar de alguns progressos, ainda existem inúmeros desafios para os direitos das mulheres.

[‘Nunca houve clima para discutir aborto no Brasil, mas o momento é agora’, diz Debora Diniz](#)

Nos EUA desde que passou a receber ameaças de morte, antropóloga critica ainda viés religioso e repressor da nova política de drogas do governo

[\(O Globo, 25/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Desde o ano passado, quando relatou ter recebido ameaças de morte virtuais por seu protagonismo nas audiências sobre [aborto](#) no **Supremo Tribunal Federal (STF)** — que a fizeram decidir sair do país e se mudar para os EUA, em setembro —, a antropóloga Debora Diniz, de 49 anos, da Universidade de Brasília (UnB), evita aparições públicas.

Quebrou essa rotina em poucas ocasiões: uma quando participou de evento sobre a democracia brasileira na Universidade Brown, também nos EUA, ao lado do ex-deputado [Jean Wyllys](#) e da filósofa Marcia Tiburi, em abril, quando chegaram a seu e-mail as últimas investidas do que

chama de “milícias virtuais”.

Outra vez acontece agora, no seminário “Hospitalidade entre ética, política e estética”, em que 22 intelectuais discutirão as crises migratórias, na quinta e na sexta, na Casa de Rui Barbosa, em Botafogo, Zona Sul do Rio.

Debora debate com o público via Skype, após a exibição de seu documentário “Hotel Laide” (2017), no primeiro dia do evento. O filme mostra o cotidiano da Cracolândia da capital paulista a partir da pensão do título, que fazia parte do programa “De braços abertos”, de combate às drogas, do ex-prefeito Fernando Haddad (PT). O hotel foi destruído em um incêndio em 2017.

Nesta entrevista, ela comenta desde a nova [Política Nacional de Drogas](#) do governo Bolsonaro, passando pelo livro sobre aborto que lança neste ano pela Companhia das Letras, até o jeito que encontrou para fazer com que sua voz seja ouvida mesmo estando longe.

Descriminalização do aborto

Nunca houve clima para discutir aborto no Brasil. Claro que atualmente é uma questão usada como cortina de fumaça e moeda de troca, então não diria que temos que esperar. O momento é agora: há uma ação no STF (que pede a descriminalização do procedimento até as 12 semanas de gestação), e mulheres correm risco de vida todos os dias. Esperar pelo político é ignorar a necessidade da vida delas. Estou escrevendo um livro sobre aborto, amplo, que também tenta romper com alguns mitos. Tem um caráter de ciência, mas quero atingir um público de livraria que quer formar uma opinião sobre o tema, que pede “me forneça argumentos”.

Drogas: abstinência x redução de danos

É uma guinada moral, ideológica, e repressiva (o foco maior na abstinência para tratar o dependente). E não científica. Além disso, é de alto custo para o Estado. E leva a uma porta giratória de internações sequenciais que acabam colocando o indivíduo de volta para a rua. Por isso que a expressão “recaída” é tão forte nessa população. Não há a consideração de que o uso da droga é parte de uma sociabilidade que precisa ser ocupada por outros aspectos da vida, como o trabalho. A redução de danos faz uma inserção do indivíduo no mundo real, acessível a essas pessoas por um processo de reconstrução de uma vida possível. Há fortes evidências do passado de que isso (internação) não resolve. Também há uma estigmatização do indivíduo, que passa a ser julgado como alguém que não teve o arbítrio e a força de vontade pra abandonar a droga, e não é assim.

Internação involuntária de dependentes

Historicamente, a [internação compulsória](#) se mostrou terrível. No início do século XX, era a internação das mulheres dissidentes de um padrão de feminino e, depois, de mulheres que tinham uma sexualidade diferente... Num momento em que temos uma perseguição moral à diversidade, há um enorme risco de uma “psiquiatrização” de comportamentos desviantes e indesejáveis para uma moral familiar. Ou seja, isso abre espaço para uma arbitrariedade de violação de direitos individuais.

Comunidades terapêuticas religiosas

Estamos vendo um deslizamento da política pública de saúde mental da ciência para a segurança pública — no sentido de uma política penal, da repressão —, com a imposição de uma moral religiosa. Há uma pergunta de fundo de qual é a origem da droga, se é parte de

uma dinâmica social e de saúde mental ou se é de uma maldição religiosa. É uma disputa de narrativas sobre o cuidado da saúde mental: ciência X religião.

Vida ‘de migração involuntária’

Vivo uma situação de exílio por razões políticas de perseguição. Então, num ordenamento internacional, seria uma refugiada. Mas toda a operação das milícias virtuais, de onde vêm as ameaças de morte, impõe uma pena de desterro, que é uma categoria constitucional grave, mas que somente o Estado poderia me impor. Não sou uma desterrada oficial pelo Estado — ao contrário, estou sob proteção do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Mas, quando essa milícia opera aos interesses dessa ordem moral vigente, ela anima a pena de desterro e torna desnecessário que o Estado a imponha. Vivo uma situação de migração involuntária, forçada, para proteger a mim, aos alunos e à universidade. Vivo num limbo jurídico.

Falar para fora da ‘microbolha’

Não adoeci, e isso é uma vitória. Esse poder, eles não tiveram. E também não me silencieei. Só que tudo isso provocou uma mudança no jeito de me comunicar, inclusive para fora da minha microbolha, que era a universidade. Nunca tinha tido redes sociais, mas criei uma conta no Twitter (em agosto de 2018), e passei a escrever mais em jornais e revistas (ela é colunista da “Marie Claire” e do “El País”). Passei a me redefinir inclusive sobre quem eu seria aos quase 50 anos. Não quero ser otimista, mas jamais vou abandonar a esperança na Humanidade e deixar de acreditar que eles são poucos e rapidamente estão desmoronando.

Flavia Martin

Holiday propõe internação psiquiátrica para grávidas com ‘propensão’ ao aborto ilegal

Vereador apresentou projeto que também dificulta a realização do aborto permitido por lei. Especialistas criticam proposta

(O Estado de S. Paulo, 24/06/2019 - acesse no site de origem)

Um Projeto de Lei (PL) apresentado pelo vereador Fernando Holiday (DEM) permite a internação psiquiátrica de mulheres grávidas caso seja constatado, durante atendimento médico, que a paciente tem “propensão ao abortamento ilegal”. Especialistas veem exagero e inconstitucionalidade na proposta. O parlamentar diz que o recurso à internação seria só nos casos de “prejuízo mental ou dependência química”.

O PL 352/2019, apresentado na Câmara Municipal no fim de maio, também dificulta a realização do aborto permitido por lei. Atualmente, o aborto só pode ser realizado nos casos em que houve violência sexual, o feto não tem cérebro ou há risco para a vida da mulher. Para

realizar esse procedimento, a mulher deverá obter alvará judicial, caso o projeto avance no Legislativo. Depois, terá de esperar 15 dias.

Durante esse período, ela deverá se submeter, obrigatoriamente, a um atendimento psicológico que possa “dissuadi-la da ideia de realizar o abortamento”, a um exame de imagem e som “que demonstre a existência de órgãos vitais, funções vitais e batimentos cardíacos” e a uma “explicação sobre os atos de destruição, fatiamento e sucção do feto”.

Especialistas criticam proposta

Para Gabriela Rondon, pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética, o artigo 6º do PL, que prevê a internação psiquiátrica, é inconstitucional. “É um dispositivo muito amplo. Na prática, permitiria que qualquer mulher em situação de gravidez não planejada ficasse sujeita à internação psiquiátrica”.

A especialista também critica a necessidade de alvará judicial e a espera de 15 dias, previstas nos artigos 2º e 3º do PL, respectivamente. “No aborto legal, o tempo importa muito. Criar essas exigências é uma forma de estender a gravidez e impossibilitar a realização do procedimento”.

Já Ana Rita Souza Prata, do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo, afirma que é “absolutamente ilegal” o artigo referente à internação psiquiátrica. “A redação da lei abre espaço para que uma internação prevista para pessoas com transtorno psicológico seja usada em casos que envolvam pessoas com complicações sociais”.

Sobre a obtenção de alvará e a espera de 15 dias, a defensora pública defende que quanto mais cedo o aborto for realizado, mais seguro será o procedimento. Hoje, diz ela, a mulher não precisa de autorização da Justiça e não há período de espera para a realização do aborto legal.

Mauro Aranha, psiquiatra e ex-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), considera “totalmente desproporcional” a possibilidade de internação psiquiátrica. Segundo ele, a decisão de uma mulher pelo aborto “não tem qualquer relação com um transtorno mental na esmagadora maioria das vezes”.

Outro questionamento é sobre a competência da Câmara para legislar sobre o assunto. “A Constituição Federal estabelece, no artigo 22, a competência privativa da União para legislar sobre direitos civis e penais. O aborto envolve aspectos de ambos, já que tem impactos na vida civil e consequências penais. Ou seja, só a União poderia fazer esse tipo de mudança na lei”, diz Flávio de Leão Bastos, professor de Direito Constitucional da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Holiday defende o projeto

Sobre as críticas feitas ao PL, o vereador Fernando Holiday afirma que não vê possibilidade de a internação psiquiátrica ser aplicada indiscriminadamente. Segundo ele, essa medida seria usada “apenas nos casos em que há algum prejuízo mental ou dependência química”, como prevê a Lei federal 10.216 de 2001, citada no artigo 6º do PL.

Ainda assim, Holiday admite que alguns dispositivos do PL poderão ser alterados durante as comissões da Câmara, “para evitar dúvidas”.

Sobre a exigência de alvará, o vereador defende que é necessária uma averiguação mais rigorosa antes do aborto, para que fique comprovado que a mulher se enquadra em uma das situações em que o procedimento é legal. Segundo ele, a legislação atual permite que “apenas a palavra da mulher” seja o suficiente para que o procedimento seja realizado, o que acaba “liberando o aborto indiscriminadamente no Brasil”.

Já a necessidade dos 15 dias de espera e das medidas a serem tomadas nesse período é uma forma de “preservar a vida” do feto, de acordo com vereador.

Discussão federal

O debate sobre o aborto também ganhou força em Brasília neste ano. Em fevereiro, o Senado desembargou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que proíbe o procedimento em qualquer situação.

Apresentada em 2015 pelo ex-senador Magno Malta (PL-ES), a PEC voltou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde pode ser avaliada nos próximos meses.

Renato Ghelfi

Dupla jornada faz mulheres serem minoria entre os que usam internet para lazer. Confira os hábitos delas e dos homens na web

Pesquisa do Ipea mostra que, no Brasil, elas se conectam mais para ler jornais e ouvir música, e eles para baixar jogos e filmes

(O Globo, 24/06/2019 - acesse no site de origem)

As mulheres são maioria entre os usuários de internet no Brasil, mas são os homens quem mais usam a web para atividades de lazer, mostra estudo do Ipea. De uma lista de sete tipos de recreações envolvendo jogos, música, filmes e leitura, a participação delas é menor em todas. A mais provável explicação para esse comportamento vem de uma desigualdade que não tem nada de virtual. [Como a responsabilidade pelos cuidados da casa e dos filhos recai sobre a mulheres](#), as que trabalham fora acabam sobrecarregadas pela dupla jornada e com menos tempo livre que os homens.

[A divisão sexual do trabalho doméstico é a mesma há mais de duas décadas](#), segundo o IBGE. Enquanto as mulheres gastam em média 21 horas por semana para cozinhar, lavar, passar e organizar a casa, os homens trabalham a metade. Apesar de todas as mudanças feitas no questionário de investigação ao longo desse período, que passou a contabilizar o tempo empregado em pequenos reparos, trabalho mais praticado pelos homens, o número de horas

não se mexe.

Mesmo quando elas usam a web para lazer essa desigualdade fica evidente. As atividades com maior participação feminina são ouvir música e ler jornais, em que elas correspondem a 49% do total de brasileiros que usam a internet com essas duas finalidades. Já os homens estão mais concentrados em baixar jogos e filmes e jogar on-line. Eles representam 60% dos usuários desses três conteúdos. Para chegar a essas conclusões, os autores do estudo cruzaram dados de 2017 da Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação do IBGE.

— A mulher pode limpar a casa ouvindo música. É diferente de você jogar on-line, que requer atenção total. Quanto à grande presença entre os leitores de jornais, isso vai ao encontro de uma maior busca por qualificação. As mulheres precisam estudar mais para ter as mesmas chances que os homens no mercado de trabalho. Estar bem informada integra esse contexto — analisa a doutora em sociologia e uma das autoras do estudo, Daniela Ribas.

As mulheres só são maioria dentro do grupo dos que nunca haviam acessado a internet para alguma dessas atividades recreativas. Para o coordenador do levantamento, que também é doutor em sociologia, Frederico Barbosa, essa exclusão digital reflete um mercado de trabalho menos receptivo à mão de obra feminina:

— As mulheres têm menos acesso ao emprego e, quando têm, o salário é menor. Isso pode dificultar o acesso à internet. Muitas pessoas se conectam no ambiente de trabalho. Além disso, as mulheres fazem muitas coisas durante o dia. Elas têm mais escolhas a fazer em relação ao uso do tempo.

Historicamente o desemprego é maior entre as mulheres. O dado mais recente, do primeiro trimestre deste ano, mostra que, enquanto a taxa delas está em 14,9%, a dos homens é de 10,9%. Além disso, em média, [o salário feminino corresponde a apenas 79% do masculino](#).

Um outro estudo, realizado pela consultoria especializada em cultura JLevia, também em 2017, mostra que a dupla jornada não prejudica apenas no lazer das mulheres na internet. O levantamento, feito com mais de 10 mil brasileiros de 12 capitais, identificou que elas têm mais interesse que homens em ir a atividades culturais, mas geralmente vão menos.

Em termos de comportamento, se a internet é mais utilizada para compartilhar ou para produzir conteúdo, a pesquisa do Ipea mostrou que há um equilíbrio maior. Ainda que com pouca diferenciação, as mulheres estão mais interessadas do que os homens em compartilhar conteúdo recebido ou postar textos, imagens e vídeos de autoria própria. Os homens estão mais interessados em criar ou atualizar blogs e páginas da internet.

[Em 1ª Parada no governo Bolsonaro, LGBTs mandam o recado: não há 'volta ao](#)

armário'

Manifestações contra o presidente se concentraram no início e no fim da parada. Maioria aproveitou o momento para reafirmar protagonismo LGBT e celebrar diversidade.

(HuffPost Brasil, 23/06/2019 - acesse no site de origem)

Na primeira Parada do Orgulho LGBT no governo Bolsonaro, a expectativa era grande sobre como os participantes se posicionariam em relação ao presidente, conhecido por seu histórico de declarações homofóbicas.

Apesar de não ser uma pauta da Parada em si, alguns grupos se mobilizaram para protestar contra Bolsonaro, especialmente no início e no fim da celebração.

Pela manhã, políticos e ativistas empunharam microfones para criticar o governo.

A ex-prefeita de São Paulo e ex-senadora Marta Suplicy disse que essa era “a mais importante Parada da história”, porque representava “a luta contra todo o retrocesso civilizatório que tem se apresentado”.

Os deputados do Psol Sâmia Bomfim e David Miranda também discursaram – ela puxando uma vaia contra o presidente, Miranda, destacando a importância da Parada quando se tem “um presidente declaradamente homofóbico”.

No chão, apoiadores do ex-presidente Lula estenderam uma grande faixa em frente ao Masp pedindo a liberdade do petista.

Já era noite quando, do carro de som, uma das drag queens convidadas puxou um coro de “Ei, Bolsonaro, vai tomar no c.”

Mas a grande maioria dos participantes, e na maior parte do percurso da Parada, preferiu não fazer de Bolsonaro o centro do movimento. O recado geral do público LGBT foi claro: o protagonismo é deles, e não há mais volta para o armário.

Nos metros derradeiros da Avenida Consolação, próximo à Praça da República, onde termina oficialmente o evento, Rosi Mendes, lésbica, 26 anos, fez um balanço de sua primeira Parada.



“Só a quantidade de pessoas que estão aqui já é um ato significativo demais contra o governo”, disse Rosi Mendes, de 26 anos, que foi à sua primeira parada. (Victor Gouvêa/Especial para HuffPost Brasil)

“Achei completamente apaixonante. Percebi que, no clã LGBT, há muito respeito uns pelos outros, e me senti parte da comunidade”, diz. Para ela, a importância máxima do evento é para a própria comunidade entender que faz parte da sociedade e tem, sim, uma voz relevante.

“É um evento político porque é nossa chance de entrar no diálogo nacional”, afirmou. “Só a quantidade de pessoas que estão aqui já é um ato significativo demais contra o governo”.



“É uma vitória, juntos somos muito fortes”, disse Rosana Star, que se vestiu em homenagem a Elke Maravilha. (Victor Gouvêa/Especial para HuffPost Brasil)

Mulher trans que se vestiu em homenagem a Elke Maravilha, Rosana Star, de 51 anos, foi na mesma linha: “É uma vitória, juntos somos muito fortes”.

Ela diz ter se surpreendido com a quantidade de participantes em 2019, e estima que o número foi maior do que nas edições anteriores. A avaliação era recorrente ao longo do dia, entre quem já frequentou outras Paradas.

“Acho que aqui ainda tem muitos que votaram no Bolsonaro. Nas minhas postagens eu era agredida por LGBTs mesmo. Mas acredito que a gente vai conseguir reverter”, afirma Star. “O que a gente precisa agora é se organizar.”

Victor Gouvêa

OIT aprova convenção histórica contra violência e assédio no trabalho

Convenção reconheceu que a violência e o assédio no mundo do trabalho levam à violação ou abuso dos direitos humanos e são ameaça à igualdade de oportunidades e incompatíveis com o trabalho decente.

[\(G1, 21/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Governos, patronais e sindicatos chegaram a um acordo histórico nesta sexta-feira (21) ao adotar a primeira Convenção para a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho na sessão de encerramento da conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Este novo instrumento jurídico internacional cobre todas as categorias de trabalhadores, independentemente de seu status contratual, inclusive pessoas em formação - como aprendizes e estagiários -, assim como aqueles cujos contratos de trabalho terminaram, voluntários e pessoas que procuram emprego.

Na outra ponta, compreende a todos os que tenham a autoridade, cumprem os deveres e as responsabilidades de um empregador.

A convenção reconhece que a violência e o assédio no mundo do trabalho “podem constituir uma violação ou abuso dos direitos humanos... é uma ameaça à igualdade de oportunidades, é inaceitável e incompatível com o trabalho decente.”

Define “violência e assédio” como comportamentos, práticas ou ameaças que “visem, resultem ou provavelmente resultem em danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos”. Isso lembra aos Estados membros que eles têm a responsabilidade de promover um “ambiente geral de tolerância zero”.

“Este é um dia histórico. No seu centenário, a OIT não podia trazer um melhor presente que uma convenção que aborda um dos problemas mais perniciosos do trabalho e que não deixa ninguém de fora”, disse a canadense Marie Clarke Walker, que representou os trabalhadores no comitê que redigiu o texto.

Ao expor o resultado desses trabalhos diante do plenário da OIT, Walker declarou que a convenção estabelece “padrões mínimos que dão a milhões de trabalhadores a esperança de que trabalhar sem serem vítimas de violência é possível”.

Uma das maiores dificuldades encontradas durante os quatro anos de negociação desta convenção foi definir o âmbito geográfico e as formas de assédio, com os sindicatos propondo um enfoque mais amplo que os empregadores, que temiam assumir responsabilidades que estariam além da sua capacidade de ação.

Finalmente foi decidido que a convenção se aplica tanto no local de trabalho, como em ambientes relacionados ou derivados deste, incluindo os espaços onde os empregados recebem sua remuneração, onde fazem intervalo e comem, assim como em banheiros e vestiários.

Além disso, estão compreendidas viagens, capacitações, eventos sociais relacionados ao trabalho, locais de hospedagem disponibilizados pelo empregador e o trajeto de ida e volta ao trabalho.

A convenção reconhece também que a violência e o assédio podem ocorrer através de comunicações vinculadas ao trabalho, incluindo as de caráter virtual.

A negociadora das patronais, a australiana Alana Matheson, reconheceu diante dos delegados que a violência e o assédio são “uma epidemia que deve terminar” e considerou que esta convenção “pode mudar significativamente esta realidade”.

A convenção, que entrará em vigor 12 meses depois que dois Estados a tenham ratificado, está complementada por uma “recomendação”, um texto que detalha ainda mais o alcance, mas que não tem o peso jurídico da primeira porque não será de cumprimento obrigatório.

Por Agência EFE

Mulheres na política: uma nova onda a caminho, por Inês Castilho

Surgem diversas iniciativas para pensar a subrepresentação nas próximas eleições: de cursos de formação a pesquisa sobre presença feminina em Prefeituras. Para especialistas, problema não é de gênero, mas da própria democracia

(Outras Palavras, 21/06/2019 - acesse no site de origem)

A igualdade entrou em campo para vencer. A chuteira exibida pela nordestina [Marta Vieira da Silva](#), artilheira 10 da seleção brasileira de futebol com recorde absoluto em gols de Copas do Mundo – uma [chuteira](#) preta, com rosa e azul em partes iguais nas laterais e sem patrocínio – é só o sinal mais visível do florescimento da consciência e determinação das mulheres em assumir o protagonismo na condução de suas vidas e dos destinos do país.

Mas há outros. [Sementes](#), o filme, retrata o levante político de mulheres negras gerado pela execução de Marielle Franco em março de 2018, ainda impune, *#QuemMandouMatarMarielle?*, e acompanha a corrida eleitoral de seis candidatas no Rio de Janeiro aos cargos de deputada estadual e federal. Em São Paulo, um curso gratuito de formação política para 60 mulheres teve procura surpreendente e está bombando no estado. Já sabemos quem são e quais os maiores problemas das prefeitas brasileiras, cujo perfil acaba de ser traçado por um grupo de pesquisadoras do Rio de Janeiro. Um estudo em andamento mapeia as inovações políticas de mulheres em cargos eletivos no Brasil e outros cinco países da América Latina.

As mexicanas acabam de [conquistar](#) a paridade de gênero em todos os cargos públicos. No México, a paridade no Parlamento já era obrigatória e as deputadas são 48,6%. Já no Brasil fala-se, inclusive, em acabar com as [cotas para candidaturas femininas](#). Dos mais desiguais na América Latina e no mundo, o Brasil ocupa o 152º lugar em participação das mulheres em cargos eletivos federais dentre 172 países ranqueados pela IPU (Inter-Parliamentary Union). Negros e indígenas são ainda mais sub-representados. Somente 13,5% dos vereadores e 12% dos prefeitos são mulheres,.

Contudo, em 2018, 30 anos do nascimento da Constituição cidadã, elegemos 77 deputadas federais, maior número da história, ampliando de 11% a 15% a presença feminina no Congresso. O número de jovens, negras, pobres e LGBTs aumentou significativamente. Joênia Wapichana é a primeira deputada federal indígena, eleita por Roraima. Em São Paulo, Erica Malunguinho tornou-se a primeira deputada estadual transexual.

O trabalho solitário e sem pagamento de reprodução social, relegado quase exclusivamente às mulheres, é por certo uma das razões dessa sub-representação. Já empobrecidas por salários inferiores, [gastamos mais de 20 horas semanais](#) cuidando da casa e da família, duas vezes mais que nossos pares, socialmente liberados da obrigação de cuidar e liberados para dedicar-se à “verdadeira” política.

Como diz [Ada Colau](#), prefeita de Barcelona, na Espanha.

“Este é o século das cidades e das mulheres. O feminismo tem a ver com o municipalismo: propõe que as mudanças sejam produzidas na esfera da vida. O pessoal é político. A política patriarcal se ocupava da macropolítica e ignorava toda a questão dos cuidados e da reprodução. A maior parte de nossas vidas permanecia invisibilizada e nas mãos das mulheres, porque os homens ficavam na política de verdade. Esse sistema está claramente em crise”.

A fala de Ada Colau, que recentemente reeleita, sugere que há muito jogo à frente. De fato, é planetária a luta das mulheres: uma revolução permanente e internacional.

Brasilianas

A virada ferve no caldeirão. O [Curso](#) de Formação de Mulheres na Política, criado na raça e sem financiamento por jovens gestoras de políticas públicas da USP, recebeu 700 inscrições para as 60 vagas oferecidas. Mulheres de 15 a 68 anos, filiadas a 15 diferentes partidos e não filiadas a partido nenhum, muitas negras e/ou LGBT's, de 40 municípios do estado de SP, com grande diversidade de interesses. Dentre elas há quem queria apoiar campanhas femininas em 2020; quem deseje adquirir formação; quem queira aprender mais sobre mulher e política em razão do ofício de advogada, professora, jornalista. Mulheres que pretendem candidatar-se, mulheres que já se candidataram, assessoras políticas que (ainda) não pensam em ser candidatas.

“Elegemos ano passado mulheres de variados perfis e queremos justamente mostrar isso no curso, que existem diferentes trajetórias, formas de atuação, e que mulheres podem ser elas mesmas e estar na política institucional ao mesmo tempo”, afirmam as [criadoras](#) da Iniciativa Brazilianas no [artigo](#) *Começando a virar a mesa: a pequena-grande transformação da formação política feminina*.

Flávia Batista, Tamara Crantschaninov e Thaisa Torres, acadêmicas e ativistas, acreditam que um espaço de formação, rede e assistência às mulheres que se dispõem a entrar na política tem imenso potencial de alavancar candidaturas femininas em 2020.

“Política é um ambiente desgastante. Para mulheres, que normalmente já são menos remuneradas no ambiente de trabalho, possuem jornadas de trabalho dupla ou tripla, com afazeres domésticos e familiares, a política se torna ainda mais desigual e cansativa. Soma-se então a violência de gênero, praticada por homens que não aceitam que a política não é território exclusivo deles. Se a mulher é jovem, ou negra, ou lésbica, por exemplo, enfrentará ainda mais preconceito e violência no ambiente político”.

Frente à intensa demanda, as Brazilianas trabalham na gestação de mais ações. Gravam o curso - nove encontros semanais de maio a julho - e até agosto vão disponibilizar os melhores momentos online. Com um pequeno edital que acabam de vencer vão realizar o evento *Mulheres no Poder*, aberto e gratuito, em São Paulo, agora em julho. Aguardem.

“Queremos que estas sessenta mulheres se transformem em seiscentas, seis mil. E que todas elas tenham condições de empreender campanhas a cargos políticos em pé de igualdade com homens. Que se elejam e revolucionem a política da mesma forma como tem nos revolucionado todas as quintas-feiras”.

Emergência Política Mulheres

Pois é bem essa ideia que orienta o [projeto](#) Emergência Política Mulheres, que está entrevistando parlamentares do México, Colômbia, Brasil, Bolívia, Chile e Argentina, nessa ordem, além de estudiosas sobre mulher e política para retratar as transformações no poder criadas pelas mulheres ao ingressar na política.

“Nas últimas semanas estivemos na Colômbia, segunda parada da nossa pesquisa [#EmergênciaPolíticaMulheres](#). Entrevistamos 18 mulheres, entre senadoras, deputadas, vereadoras e candidatas - este é ano de eleições locais no país. São muitas histórias de vida e de política que se misturam, desde fazer parte da guerrilha armada, de ter o pai candidato à presidência assassinado, de ser chamada de *ge* ser assistente de doutor. Lindo é poder escutar como essas mulheres estão ocupando esses espaços na política e lutando para que cada uma de nós possa ter seus direitos garantidos, principalmente nossos direitos políticos”, [dizem](#), sorriso rasgado, Beatriz Pedreira, Rosa Tcmf, Jonaya de Castro e Isadora Brant, recém chegadas. “Estamos juntas. E estamos *listas!*”.

Começaram pela Cidade do México, onde aportaram justo no dia da promulgação da lei da paridade. “Essa reforma, que foi aprovada [em 23 de maio] por unanimidade, contou com uma articulação integrada de todas as congressistas mexicanas, de diferentes partidos e campos políticos, mas unidas por uma mesma agenda: igualdade entre mulheres e homens no exercício do poder público. Esse é só o primeiro passo! E que inspire mulheres em toda a América Latina!”, [escreveram de lá](#). Seguem agora por Brasil, Chile, Bolívia e Argentina para realizar o total de 120 entrevistas em profundidade com mulheres em cargos eletivos e estudiosas da

história. O projeto é coordenado pelo [Instituto Update](#).

O mapeamento desse campo político foi construído em parceria com instituições de cada país e no Brasil teve colaboração do [Gênero e Número](#) e do [Instituto Alziras](#).

Uma sinergia mostra o vigor dessas diversas ações e potencializa os esforços de cada uma delas. Por exemplo: o Alziras, cuja missão é contribuir para o aumento da representação feminina na política, compartilhou sua experiência com o Update e também com o curso da Brazilianas. Vão assim formando massa crítica para um novo imaginário político que emerge. Inclusivo. Coletivo. De bem comum.

Os resultados do estudo serão divulgados no final de 2019 num relatório da pesquisa, documentários e outros produtos audiovisuais em parceria com a GloboNews e Quebrando o Tabu, entre outras. Antes de focar nas mulheres como novo paradigma na política representativa o Instituto Update já investigou inovação política nas periferias e na América Latina.

Alziras

Visões do futuro e reavivamento do passado. Três anos antes da conquista do direito ao voto pelas mulheres brasileiras Alzira Soriano de Souza, 32 anos, viúva e mãe de quatro filhas, ousou lançar-se à vida pública e, apoiada pelo movimento sufragista liderado pela cientista Bertha Lutz, foi eleita a primeira prefeita do país no município de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos válidos. Tomou posse em 1929 e, como na marchinha carnavalesca que Chiquinha Gonzaga compusera 30 anos antes, abriu alas para as mulheres que vieram a seguir.

“A luta de muitas gerações permitiu que as mulheres brasileiras conquistassem o direito de votar a partir da década de 1930”, sustentam Cintia Melchiori, Clara Carolina de Sá, Marina Barros e Michelle Ferreti, criadoras do [Instituto Alziras](#). Recordam a médica [Carlota Pereira de Queiroz](#), primeira mulher a se eleger deputada federal no Brasil em 1934; [Antonieta de Barros](#), primeira parlamentar negra do Brasil, eleita deputada estadual em Santa Catarina em 1935; a [participação das mulheres](#) na Constituinte de 1988; a presidente impedida Dilma Rousseff.

É nesses pontos de luz do passado que se [inspiraram](#) para ir a campo investigar quem são e como trabalham as prefeitas brasileiras. O retrato está no [estudo Perfil das Prefeitas no Brasil \(2017-2020\)](#), realizada entre maio e julho de 2018 com orientação das pesquisadoras Flavia Biroli, da Universidade de Brasília, Wania Santana, da PUC-RJ e Wasmália Bivar, presidente do IBGE entre 2011 e 2016.

O estudo revelou que, embora somem 51% da população, mulheres governam somente 12% das 5.570 cidades brasileiras, num total de 7% das almas do país, e 91% foram eleitas em municípios com até 50 mil habitantes. Mulheres negras são 27% da população e governam apenas 3% das prefeituras. As prefeitas são geralmente ligadas às áreas de assistência social, educação e saúde, e 71% delas têm curso universitário. Enfrentam enormes desafios: 53% já sofreram assédio ou violência política; 48% enfrentaram falta de recursos para campanha; 30% encararam assédio e violência simbólica no espaço político; 24% tiveram pouco espaço na mídia, em comparação com políticos homens; 23% enfrentaram desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas; 22% sofreram por falta de apoio do partido e/ou base aliada; 22% arcaram com sobrecarga de trabalho doméstico, dificultando a participação na política.

“As mulheres que arriscam se lançar à carreira política encaram uma série de barreiras que vão desde uma divisão desigual de tarefas domésticas no âmbito privado, passando pela falta de apoio intrapartidário para acessar recursos de campanha, até dificuldades no exercício do mandato, onde se espera que tenham uma atuação circunscrita a temas ditos “femininos”, tendo que reafirmar sistematicamente o lugar de eleita e capaz”, [afirmam](#) as criadoras do Alziras. “Na mídia, a exposição das mulheres na política resvala, muitas vezes, para o escrutínio de características físicas e comportamentais, dando destaque para penteados, vestidos e tantos estereótipos de gênero como o que assistimos durante o processo de impeachment da primeira mulher eleita para comandar a presidência do Brasil”.

“Não se trata de um problema das mulheres, trata-se de um problema da democracia”, como disse Flávia Biroli no lançamento do estudo no Rio de Janeiro. Simples assim.

OIT aprova convenção histórica contra violência e assédio no trabalho

Convenção reconheceu que a violência e o assédio no mundo do trabalho levam à violação ou abuso dos direitos humanos e são ameaça à igualdade de oportunidades e incompatíveis com o trabalho decente.

(G1, 21/06/2019 - acesse no site de origem)

Governos, patronais e sindicatos chegaram a um acordo histórico nesta sexta-feira (21) ao adotar a primeira Convenção para a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho na sessão de encerramento da conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Este novo instrumento jurídico internacional cobre todas as categorias de trabalhadores, independentemente de seu status contratual, inclusive pessoas em formação - como aprendizes e estagiários -, assim como aqueles cujos contratos de trabalho terminaram, voluntários e pessoas que procuram emprego.

Na outra ponta, compreende a todos os que tenham a autoridade, cumprem os deveres e as responsabilidades de um empregador.

A convenção reconhece que a violência e o assédio no mundo do trabalho “podem constituir uma violação ou abuso dos direitos humanos... é uma ameaça à igualdade de oportunidades, é inaceitável e incompatível com o trabalho decente.”

Define “violência e assédio” como comportamentos, práticas ou ameaças que “visem, resultem ou provavelmente resultem em danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos”. Isso lembra aos Estados membros que eles têm a responsabilidade de promover um “ambiente geral de tolerância zero”.

“Este é um dia histórico. No seu centenário, a OIT não podia trazer um melhor presente que

uma convenção que aborda um dos problemas mais perniciosos do trabalho e que não deixa ninguém de fora”, disse a canadense Marie Clarke Walker, que representou os trabalhadores no comitê que redigiu o texto.

Ao expor o resultado desses trabalhos diante do plenário da OIT, Walker declarou que a convenção estabelece “padrões mínimos que dão a milhões de trabalhadores a esperança de que trabalhar sem serem vítimas de violência é possível”.

Uma das maiores dificuldades encontradas durante os quatro anos de negociação desta convenção foi definir o âmbito geográfico e as formas de assédio, com os sindicatos propondo um enfoque mais amplo que os empregadores, que temiam assumir responsabilidades que estariam além da sua capacidade de ação.

Finalmente foi decidido que a convenção se aplica tanto no local de trabalho, como em ambientes relacionados ou derivados deste, incluindo os espaços onde os empregados recebem sua remuneração, onde fazem intervalo e comem, assim como em banheiros e vestiários.

Além disso, estão compreendidas viagens, capacitações, eventos sociais relacionados ao trabalho, locais de hospedagem disponibilizados pelo empregador e o trajeto de ida e volta ao trabalho.

A convenção reconhece também que a violência e o assédio podem ocorrer através de comunicações vinculadas ao trabalho, incluindo as de caráter virtual.

A negociadora das patronais, a australiana Alana Matheson, reconheceu diante dos delegados que a violência e o assédio são “uma epidemia que deve terminar” e considerou que esta convenção “pode mudar significativamente esta realidade”.

A convenção, que entrará em vigor 12 meses depois que dois Estados a tenham ratificado, está complementada por uma “recomendação”, um texto que detalha ainda mais o alcance, mas que não tem o peso jurídico da primeira porque não será de cumprimento obrigatório.

Aborto legal é negado em 57% dos hospitais que governo indica para procedimento

Levantamento mostra que, entre os que realizam interrupção, há exigências fora da lei

(Folha de S.Paulo, 19/06/2019 - acesse no site de origem)

Menos da metade dos hospitais listados no Ministério da Saúde e no CNES (confederação de estabelecimentos de saúde) como locais que fazem aborto nos três casos previstos por lei realiza de fato o procedimento.

De 176 instituições cadastradas, apenas 76 (43%) confirmam a oferta do serviço quando contatadas pelo telefone.

Os dados constam em relatório que será divulgado nesta quarta (19) pela organização britânica de direitos humanos Artigo 19 (em alusão à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU), que atua em nove países em temas relacionadas à liberdade de expressão e de informação.

No Brasil, o aborto é permitido em três situações: gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher ou em caso de anencefalia do feto.

Dos hospitais que fazem o aborto legal, 16 citaram o BO como necessário para a realização do procedimento, mesmo o documento não sendo mais uma exigência desde 2005.

Um deles disse que só faria a interrupção mediante exame de corpo de delito—tampouco uma exigência legal.

Segundo a pesquisadora Julia Rocha, da equipe de acesso à informação da Artigo 19, a pesquisa mostra que as mulheres ainda percorrem uma estrada tortuosa para fazer valer o direito ao aborto legal.

“O acesso à informação sobre aborto legal ainda é uma barreira. Há respostas ríspidas, tabus e julgamento moral em torno do assunto”, diz.

No caso da idade gestacional máxima para a realização do aborto no caso de estupro, as respostas variaram de 12 a 22 semanas —deveriam ser uniformes, já que existe norma técnica sobre o tema.

Em casos de gestação decorrente de estupro, o procedimento pode ser feito até 20ª semana de gravidez, com a possibilidade de ser feito até a 22ª caso o bebê pese menos de 500 gramas. Não há limite nos casos de anencefalia e risco à vida da gestante.

Eventuais atrasos no processo podem empurrar a gestação para além do prazo limite para os casos de estupro.

A defensora Paula Sant’Anna Machado de Souza, do núcleo da mulher da Defensoria Pública de São Paulo, diz que muitas mulheres buscam atendimento com essa demanda. “Há serviços que desconhecem os prazos estabelecidos e se recusam a fazer o procedimento, obrigando a mulher a continuar com a gestação, algo violento.”

Outra situação, segundo ela, é o serviço exigir inadvertidamente o BO e, depois, recusar a fazer o procedimento caso haja contradição entre o depoimento da mulher à polícia e a conversa que ela tem com equipe médica que a acolhe.

“Há casos em que essa mulher é julgada, acham que ela está mentindo se, por exemplo, ela não se lembra quando exatamente sofreu a violência. Se o BO não é uma exigência legal para a interrupção, também não pode ser considerado prova contra essa mulher.”

Dentre os hospitais que dizem não fazer o aborto mesmo estando na lista do ministério, alguns alegaram que não o fariam porque “é crime e aqui não defendemos direitos humanos para bandido”, ignorando a legislação sobre o tema. Houve respostas como “deus me livre!” e

“nenhum médico aqui faz isso”.

Para Julia Rocha, ainda falta informação ao público leigo sobre o direito ao aborto legal e como acessá-lo e, ao mesmo tempo, capacitação dos profissionais de saúde.

O estudo envolveu dois mecanismos de busca de informação. No primeiro, uma pesquisadora se identificou como tal, e, no segundo, foi assumida a identidade de uma vítima de estupro. Foram feitas três tentativas de contato em cada hospital. Ao final, as respostas dadas foram compiladas em uma só planilha.

Como resultado da pesquisa, foi criado um mapa com a lista de hospitais da rede pública que realizam interrupção da gestação nos casos previstos por lei. Ele pode ser visto em mapaabortolegal.org.

Segundo Daniela Pedroso, psicóloga do principal serviço de aborto legal do país, do Hospital Pérola Byington (SP), ainda é comum as mulheres relatarem uma via-sacra até conseguir a interromper a gravidez em casos de estupro.

“Mas antes da falta de acesso aos serviços, existe muito desconhecimento. Muitas não sabem que têm direito ao aborto legal”, afirma.

A falta de conhecimento também atinge profissionais do direito. “Recebemos uma paciente da região nordeste, vítima de estupro, que ficou esperando o advogado conseguir um alvará judicial. Em nenhum momento esse profissional a orientou de que ela precisava desse documento.”

Segundo Pedroso, antes eram comuns relatos de pacientes sobre serviços que postergavam o atendimento, de modo a inviabilizar o aborto por conta da idade gestacional avançada. Agora, diz ela, são mais frequentes casos de hospitais que se recusam a fazer o procedimento, mas orientam a mulher a procurar o Pérola.

Na opinião da psicóloga, facilitar o acesso ao aborto legal não apenas previne interrupções feitas em condições inseguras que, não raras as vezes, causam a morte da mulher ou sequelas irreversíveis, como também evita suicídios.

Um estudo feito entre as vítimas de estupro atendidas no Pérola Byington mostrou que 20% delas tinham ideias suicidas. “Precisamos repetir muitas vezes que essas mulheres não precisam ir à delegacia, não precisam de BO, não precisam de exame de corpo delito, não precisam de alvará judicial. Elas têm direito ao aborto legal.”

Cláudia Collucci

[MPDFT promove seminário internacional](#)

sobre violência contra a mulher - Brasília/DF, 27/06/2019

Evento terá a participação de especialistas do Brasil e da Austrália

(MPDFT, 05/06/2019 - acesse no site de origem)

Estão abertas, até 21 de junho, as inscrições para o seminário internacional “Cooperação Brasil-Austrália na prevenção à violência contra a mulher”. A atividade, parceria do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e a Embaixada da Austrália no Brasil, será realizada na Sede do MPDFT.

O seminário será realizado em 27 de junho e terá como objetivo identificar, desenvolver e compartilhar boas práticas e abordagens inovativas relacionadas à prevenção da violência contra a mulher. São oferecidas 300 vagas, sem custo.

Serão cinco painéis, com a participação de especialistas do Brasil e da Austrália, com tradução simultânea. Entre outros assuntos, serão abordados os custos econômicos e sociais da violência doméstica e familiar; os programas para autores de violência; o papel das delegacias especializadas de atendimento à mulher no combate e na prevenção da violência de gênero; e políticas de prevenção à violência doméstica para mulheres com deficiência.

O orientador pedagógico do curso, promotor de Justiça Thiago Pierobom, tem ótimas expectativas para o seminário: “Esta é uma oportunidade singular para a troca de experiências e a construção de canais de cooperação acadêmica e profissional. A Austrália tem se destacado em nível internacional quanto às políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. Por outro lado, o Brasil também possui boas experiências, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Femicídio e as delegacias, promotorias e juizados especializados no enfrentamento à violência contra a mulher”.

Serviço

Seminário internacional “Cooperação Brasil-Austrália na prevenção à violência contra a mulher”

Data: 27 de junho

Horário: das 8h30 às 17h30

Local: Auditório do MPDFT

[Edital](#)

[Programação](#)

[Currículo das palestrantes internacionais](#)

Inscrições até 21 de junho. [Clique aqui para se inscrever.](#)

Assessoria Especial de Imprensa

(61) 3343-9045 / 3343-6101/ 3343-9046/ 99149-8588